

ACTA N.º 31/2011

-----ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA REALIZADA NO DIA 01 DE AGOSTO DE 2011.-----

-----Ao dia um do mês de Agosto do ano dois mil e onze, nesta Vila da Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Sérgio Morais da Conceição Carrinho, e com as presenças dos Senhores Vereadores Joaquim José Duarte Garrido, Francisco Manuel Petisca Matias, João Manuel Duarte Lourenço e Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado comigo, Cristina Isabel Pires Queimado, Técnica Superior que secretariei.-----

-----Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram dezassete horas e vinte minutos, após o que se deu início à apreciação dos seguintes assuntos:-----

-----**ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Previamente distribuído pelo Executivo o texto da acta da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA – EM 29.07.2011** - TOTAL DISPONÍVEL: 245.272,67€; OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 200.162,20€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 45.110,47€; DOCUMENTOS: 50.544,80€.-----

-----**ORDEM DO DIA:** Entrou-se depois na ORDEM DO DIA composta dos seguintes pontos previamente estabelecidos: -----

-----**Documentos para aprovação:**-----

-----**(01) – EN 118- KMS 97+400 A 97+535 – CHAMUSCA / MEDIDAS DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA – TRAVESSA DA PEDREIRA / PONTO NEGRO DA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL NO ANO DE 2010:**-----

-----Presente o ofício da EP - ESTRADAS DE PORTUGAL, SA, registado no livro respectivo sob o número 9587 em 26.07.2011, informando que no Relatório Anual de Sinistralidade Rodoviária de 2010 elaborado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, verificou-se que a EN 118 entre os Kms 97+400 e 97+535, teve índices de sinistralidade elevando, ficando no ano transacto registado como um ponto negro na rede rodoviária nacional, pelo que, e após análise no local, foi verificado que, para além da necessidade de remarcação das marcas rodoviárias, da existência de um arruamento com a EN118 – Travessa da Pedreira que não apresenta as melhores condições de segurança para os condutores (inserção possui fraca visibilidade, quer para quem pretende entrar na EN 118, quer para quem circula na nacional e o tempo de reacção é diminuído por essa visibilidade reduzida), solicita que se “proceda à avaliação da proibição de entrada e saída do arruamento indicado, dado que também existem alternativas mais seguras”.-----

-----A Câmara apreciou e após troca de impressões sobre o assunto e visando a segurança dos cidadãos, deliberou por unanimidade, analisar e estudar a situação de forma a encontrar solução para diminuir o número de acidentes neste local da Vila de Chamusca.-----

-----**(02) - AR- ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, S.A – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS E ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL:**-----

-----Presente email da AR- ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM, registado no livro

respectivo 9709 em 29.07.2011, dando conhecimento da entrada do Município de Torres Novas para a Empresa, a qual foi concretizada através de um aumento de capital, subscrito integralmente por aquele Município, bem como da aquisição pelo mesmo da participação do município de Golegã (que deixou de ser accionista da sociedade) e anexando cópia das Escrituras celebradas com vista à adesão do município de Torres Novas e algumas alterações / rectificações formais (alteração da denominação social para AR-Águas do Ribatejo, EM, SA e alteração da sede social para Rua Gaspar Costa Ramalho, n.º38, 2120-098 Salvaterra de Magos).-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar regozijo pela operação, bem como pelo reforço de capital da empresa intermunicipal.-

-----**(03) - ECO PARQUE DO RELVÃO / CARREGUEIRA:**-----

-----**A) – QUESTÕES DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:**-----

-----Presente o teor do ofício n.º2003 de 29.07.2011 remetido ao Senhor SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, solicitando o agendamento de Audiência para análise de diversos processos relativos ao Loteamento do Eco Parque.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo ao pedido da audiência, tendo em conta a importância do Processo do Eco Parque para o Concelho, Região e País.-----

-----**B) - FASE I, LOTE 5:**-----

-----Na sequência de anteriores contactos sobre este assunto, foi presente a seguinte Informação do Sr. Chefe de Gabinete: "Tendo em vista a necessidade de consolidar a Fase I do Eco Parque do Relvão, o Sr. Presidente da Câmara Municipal tem estabelecido alguns contactos com os proprietários dos dois lotes não ocupados, com vista à sua ocupação por

parte de algumas empresas que pretendem de imediato avançar para a concretização dos seus projectos, permitindo assim por um lado a consolidação do espaço e por outro disponibilizar espaço para a instalação de empresas, dado que a autarquia tem comprometidos todos os lotes de terreno. Desta forma, realizou-se reunião com o Sr. Daniel Rodrigues, que se mostrou disponível para vender o seu lote de terreno a terceiros, em virtude de neste momento não estar em vias de avançar, no curto prazo, para a instalação no Eco Parque do Relvão, já que conseguiu obter licenciamento para operar em Torres Novas. No entanto, o Sr. Daniel Rodrigues, conhecedor da importância do Eco Parque do Relvão e das vantagens de estar localizado naquele espaço industrial, aceita vender o lote n.º 5, de que é proprietário, desde que a Câmara Municipal se comprometa a disponibilizar futuramente na área do Eco Parque um lote com a mesma área ou área superior, que permita a sua instalação neste espaço industrial. Assim, tendo em conta a disponibilidade do proprietário para efectuar a venda do respectivo lote e a necessidade de se encontrar localização urgente para a instalação do projecto do "Microondas" do SUCH, parece-me importante enaltecer a postura do Sr. Daniel Rodrigues e aceder à sua pretensão, tanto mais que essa decisão contribuirá para a continuação do desenvolvimento do Eco Parque do Relvão.", sobre a qual exarou o Senhor Presidente a seguinte "Nota": "Confirmo as conversações havidas, a escritura do terreno está prevista para dia 02 de Agosto, o projecto de obras está adjudicado e iniciarse-ão de imediato. Concordo com o procedimento proposto que foi acordado com o proprietário em causa pelas razões aduzidas."-----
-----A Câmara apreciou e tendo em conta o elevado interesse da concretização do projecto no âmbito da estratégia definida para o Eco

Parque, deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos:-----

-----**UM)** - Manifestar acordo aos procedimentos constantes da Informação .-

-----**DOIS)** - Assumir o compromisso de reserva de terreno para a instalação da empresa do Sr. Daniel Rodrigues pelo valor de 1euro/m2.-----

-----**(04) - DEP. TÉCNICO - DESANEXAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO / ALTO DOS LOUROS / SEMIDEIRO - ULME:**-----

----- Na sequência de anteriores deliberações e decisões sobre este assunto, foi presente a seguinte Informação / Proposta elaborada pelo Serviço de Património: "Conforme solicitado informo que o terreno se encontra devidamente registado a favor do Município, sob o n.º429 da Conservatória do Registo Predial de Chamusca e inscrito nas matrizes prediais, urbana e rústica da Freguesia de Ulme, sob os artigos 281 e 59 da secção F, respectivamente.-----

-----Área dos prédios:-----

----- -Urbano -56,00m²-----

----- -Rústico - 20 444,00 m²-----

-----Confrontações das parcelas de terreno após o destaque:-----

-----**Parcela A - 10 400,00 m²** (titularidade Municipal)-----

-----Norte - Estrada; Sul - Parcela B; Nascente - Francisco Dias Venerando; Poente - João Dias e António Ramos.-----

-----**Parcela B - 10 100,00m²** (Área arrematada em Hasta Pública 31/03/2007)-----

-----Norte - Parcela A; Sul - Estrada; Nascente - Francisco Dias Venerando; Poente - João Dias e António Ramos.-----

-----Esta proposta surge na sequência da arrematação em Hasta Pública, realizada em 31 de Março de 2007. O valor de arrematação foi 7 150,00 €,

tendo sido efectuado o respectivo pagamento de 10%, conforme condições previamente definidas. **Nesse sentido, cumpre-me propor a divisão do prédio, originando dois novos prédios devidamente delimitados por estrada ou caminho público.**" conforme plantas que anexa.-----

----- A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, mandar **certificar** que o prédio em apreço se encontra efectivamente separado por Estrada, originando a separação física da mencionada parcela, com a área de 10100 m², devidamente identificada e demarcada.-----

-----**(05) - CONTABILIDADE - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2011**

- **ALTERAÇÃO:**-----

-----Elaboradas pelos Serviços de Contabilidade, foi presente a seguinte **alteração aos Documentos Previsionais/ano económico de 2011:**
Décima quinta: Orçamento; **Décima Quarta:** Grandes opções do Plano (GOP'S); **Décima Terceira:** Plano Plurianual de Investimento (PPI), Actividades Mais Relevantes (AMR), documentos que, por muito extensos, se dão por inteiramente transcritos nesta acta, para todos os efeitos.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por maioria, com 4 votos a favor e a abstenção de voto do Dr. Paulo Queimado (PS), **aprovar os referidos documentos.**-----

-----**(06) - CONTABILIDADE – SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA FINANCEIRA – INFORMAÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE:** -----

-----Na sequência da decisão tomada sobre este assunto na reunião de 25.07.2011, a Câmara apreciou a seguinte documentação:-----

-----**A) - Informação subscrita pelo Senhor Vice-Presidente**, datada de 22 do corrente: "No ano de 2010 a Câmara Municipal, perante as dificuldades estruturais de carácter financeiro, procurou desenvolver uma série de

medidas de contenção da despesa, as quais vieram a revelar-se insuficientes perante o acentuar da grave crise económico-financeira generalizada. Assim, em 2011 o Município voltou a implementar novas medidas, nomeadamente nos custos com pessoal, na aquisição de bens e serviços em todo o tipo de consumíveis para as mais diversas áreas. Mesmo assim, verificando-se insuficiente esta intervenção, haverá necessidade imperiosa de implementar medidas ainda mais drásticas a nível interno e outras a nível externo, tais como: -Suspensão de todo o pessoal em programas e situações que não sejam de contrato por tempo indeterminado ou a termo; - Suspensão de todo o tipo de obras, mantendo-se a manutenção em níveis mínimos; Suspensões de protocolos com entidades mas que não coloquem em risco serviços mínimos. Mesmo seguindo estas medidas, o Município desde Junho de 2011 que não tem conseguido praticamente satisfazer qualquer fornecedor, não sendo por isso possível manter esta situação por muito mais tempo. A juntar aos insuficientes resultados da contenção, as projecções de perda de receita têm vindo a acentuar-se de uma forma vertiginosa, prevendo-se por isso, ainda no decurso do 3º trimestre (mês de Agosto), que possa haver uma ruptura de tesouraria, ou seja, as verbas a transferir do Orçamento Geral do Estado (do qual dependemos em mais de 86%), darão apenas cobertura a compromissos com a dívida, compromissos de funcionamento corrente essencial e com muita dificuldade os compromissos com os vencimentos do pessoal a contrato a termo e por tempo indeterminado. Ficam excluídos desta cobertura, os normais consumos de funcionamento não imediatos, dívida não consolidada a fornecedores, protocolos de colaboração com outras entidades e vencimentos de pessoal em qualquer outra situação no Município ou de outras entidades, nomeadamente nas áreas da acção social,

ensino e outras, bem como qualquer tipo de investimento. Perante esta situação de emergência financeira, só são possíveis três caminhos: 1- Solicitar a suspensão imediata das retenções / cativações em curso sobre o Município da Chamusca por parte do Estado Central. 1.2- Fizemos um esforço determinante para a saída do nível de endividamento, ao qual ainda não foi dado deferimento, por forma a que o Município seja ressarcido do valor entretanto cativado - 569 312 €, até Julho de 2011 e estando por isso o Município duplamente penalizado. 1.3- Pagamento imediato da dívida do Estado Central para com a Câmara Municipal da Chamusca sobre o Protocolo de Requalificação dos Diques do Arripiado, do Ribeiro do Casal Velho no Pinheiro Grande e da Sra. das Dores na Chamusca - 529 321€, desde 2008, a qual acentua a dupla penalização do Município. 1.4 - Os valores pendentes no Estado Central e devidos ao Município da Chamusca atingem de momento 1 098 633 €, os quais carecem de ser aplicados na amortização da dívida não consolidada, criando espaço para a não ruptura de tesouraria durante e previsível no mês de Agosto de 2011. 2- Solicitar a todas as entidades bancárias a renegociação da dívida, processo que se afigura complexo e moroso dada a situação de crise que também afecta o desempenho dos bancos, de forma a permitir algum desempenho em 2012 e 2013. 3- Suspensão de toda a actividade do Município na área do investimento, recorrendo apenas à manutenção de serviços mínimos, de forma a permitir o funcionamento do Município no seu essencial em 2012 e 2013. Para melhor leitura da situação, ver anexo sobre ponto de situação da dívida e documentação enviada para as entidades competentes do Estado Central, solicitando urgente decisão.-----

-----**DÍVIDA A FORNECEDORES E À BANCA:** Conforme Art.º183 da Lei

55-A/2010 de 31 de Dezembro, encontra-se efectuada a publicação trimestral e semestral junto da Inspeção Geral das Finanças e no site do Município, estando no nosso caso actualizada e validada à data de 30 de Junho de 2011, perfazendo uma dívida a fornecedores num total de **7 116 128, 92 €**

Do valor total, **2 750 381,38 €** referem-se a dívida não consolidada, ou seja por resolver. **DÍVIDA À BANCA INFORMAÇÃO CLARIFICADORA DA**

DÍVIDA À BANCA: Embora não seja obrigatória a sua publicação ao abrigo da legislação em vigor, a Câmara Municipal da Chamusca, com o seu habitual rigor informativo, divulga o ponto de situação da dívida à Banca a 30 de Junho de 2011, perfazendo um total de **4 750 271,77€**, prevendo-se a sua liquidação até 2014. Deste total, 200.892,81€ serão liquidados até 2015, sendo resultado de empréstimo contraído neste mandato para apoio à obra do QREN - Estrada do Interior, na freguesia da Parreira. **TOTAL DA DÍVIDA EM 2011- 12.207.949,89€ TOTAL DO ORÇAMENTO 2011- 23.086.125,00 €**

-----**B)** – Documento entregue pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista – PS com o seguinte teor: “**Reflexão sobre a informação ao Sr.**

Presidente - Situação de Emergência Financeira: O documento apresentado a sessão do dia 25 de Julho de 2011, é um documento que reflecte a débil situação financeira do Município neste início de mês de Agosto. Conforme consta na informação do Sr. Vice-presidente, "no ano de 2010, a Câmara Municipal perante as dificuldades estruturais de carácter financeiro, procurou uma série de medidas de contenção na despesa, as quais vieram a revelar-se insuficientes perante a grave crise económico-financeira generalizada." O resultado da implementação de novas medidas no primeiro semestre de 2011, também elas se mostraram insuficientes a nível de resultados de contenção de despesa, sendo esta, no 1.º semestre de 2011, superior a cerca

de 10% da receita. Há que reflectir, no que diz respeito aos números, concretamente, quais as medidas implementadas, e quais os resultados orçamentais daí obtidos, situação esta que foi devidamente alertada pelos Vereadores do Partido Socialista. Há que reflectir sobre qual a razão das mesmas medidas terem falhado ou terem sido insuficientes, havendo a imperiosa obrigação de projectar efectivamente quais as medidas fundamentais para a real contenção da despesa. De referir que a "crise generalizada" para o município não é comparável à "crise generalizada" das empresas, dos trabalhadores independentes e dos próprios trabalhadores. A crise económico-financeira que o município está a atravessar uma vez mais, é puro reflexo do sobre-endividamento, principalmente no mandato anterior, e que agora se está reflectir neste mandato em forma de cativação de verbas de transferência. Esta é a crise do município que está a recair sobre os fornecedores de materiais e serviços, ascendendo a dívida a mais de 7,1 milhões de euros e dos quais, nos últimos dois meses, praticamente nenhum montante foi liquidado, colocando as empresas em situações de tesouraria muito complicadas e débeis. As medidas propostas para o 2.º semestre deste ano no documento de informação, também elas terão de ser analisadas convenientemente e enquadradas na conjuntura do imediato: *"Suspensão de todo o pessoal em programas e situações que não sejam de contrato por tempo indeterminado ou a termo"*. É fundamental ter-se a noção de quanto representa para as famílias terem pessoas integradas nestes programas, e quanto representa para o município em termos monetários, esses programas, em detrimento, por exemplo das horas extraordinárias mensais. Este é um estudo que deve ser feito. *"Suspensão de todo o tipo de obras, mantendo-se a manutenção em níveis mínimos"*. Há que ser concreto no que se quer dizer

por serviços mínimos. Em anteriores documentos de contenção e austeridade apresentados a esta câmara pelo executivo em permanência, estes termos já eram referidos como níveis mínimos e no entanto continuaram as obras, nomeadamente na Chamusca, de onde se retiram os exemplos dos miradouros, muros, requalificação de passeios, entre muitos outros. Há que ser concreto nas medidas a implementar e assinalar o que vai ser suspenso, nunca colocando em causa o bem-estar e segurança das populações, incluindo as operações no âmbito da protecção civil. - *"Suspensão de protocolos em entidades mas que não coloquem em risco serviços mínimos"*. Mais uma vez não é definido concretamente o que é considerado um serviço mínimo. Há que se ser concreto e apresentar um estudo de gestão e contabilidade analítica sobre cada um dos casos para que se possa realmente avaliar onde estão os reais custos, em comparação com a necessidade dos serviços serem ou não prestados às entidades. A afirmação de que *"ainda no decurso do 3º trimestre (mês de Agosto), possa haver uma rotura de tesouraria (...) e com muita dificuldade [serão assegurados) os compromissos com os vencimentos do pessoal, a contrato a termo e por tempo indeterminado"* é no mínimo **assustadora e preocupante**, acentuando-se esta preocupação quando se assume que não se conseguirá pagar por estarem *"excluídos da cobertura [das transferências do orçamento geral do Estado], os normais consumos de funcionamento não imediatos, dívida não consolidada a fornecedores, protocolos de colaboração com outras entidades e vencimentos de pessoal em qualquer outra situação no município, ou de outras entidades, nomeadamente nas áreas da acção social, ensino e outras (...)*. É neste contexto de necessidade efectiva de se **criarem soluções** e deixar de se chorar sobre os problemas que consideramos que

deve ser feito com a **máxima urgência** um estudo analítico de contenção nos serviços, por exemplo: -em relação aos contratos e compromissos gerais de funcionamento, estes devem ser renegociados com os fornecedores de serviços, nomeadamente telecomunicações (telefones, rede móvel e internet), entre outros, nomeadamente alarmes, utilização de viaturas e combustíveis, sendo para tal necessário o conhecimento dos custos, dos processos de utilização destes meios e da real necessidade dos seus utilizadores; -em relação aos custos com água e electricidade, deverá ser feito o levantamento de contadores do município em edifícios públicos ou espaços públicos assumidos pela câmara, devendo todos os outros ser suspensos de imediato; - os documentos que não careçam de apresentação em papel, que sejam remetidos e arquivados em formatos digitais, baixando deste modo os custos com consumíveis. Para além da questão ambiental, é uma mais-valia a nível de rentabilidade. Se os valores apurados o justificarem, seguir o exemplo de outras autarquias que acabaram com os informas em formato de papel à excepção dos colocados nos *mupi's*, sendo estas informações enviadas por correio electrónico. Analisar igualmente a necessidade do registo fotográfico com recurso a serviços externos em tão larga escala. Analisando estes factores e assumindo-se por todos que há realmente boa vontade e querer de se resolver o problema económico e financeiro do município, o executivo em funções de permanência poderá contar com o apoio dos vereadores do partido socialista para a solicitação de desbloqueio das verbas retidas mensalmente e das verbas cativas no montante de cerca de 570 mil euros sobre o valor do sobre endividamento. Todas as operações que se mostrem necessárias para a contenção e redução de despesa devem ser implementadas de imediato, desde que não coloquem

em risco os postos de trabalho, devendo sobretudo todos os funcionários do município, serem sensibilizados e responsabilizados por serem também uma peça fundamental no controlo orçamental. Deste modo, e em relação ao sugerido pelo Sr. Vice-presidente de se "*solicitar a todas as entidades bancárias a renegociação da dívida*", esta decisão ficará dependente do facto desta Câmara Municipal fazer efectivos cortes na despesa em pelo menos 10% abaixo da receita ainda durante o 3º trimestre, sob pena de não haver condições de qualquer tipo de renegociação com a banca, ou mais grave, de se entrar num caminho sem retrocesso que poderá levar à necessidade do executivo CDU-PSD fazer o pedido de intervenção do Estado Central."-----

----- **Documentos para Conhecimento** -----

----- **(07) – ALARGAMENTO DO CEMITÉRIO DO SEMIDEIRO / ULME:**-----

-----Presente Fax da JUNTA DE FREGUESIA DE ULME, registado no livro respectivo sob o número 9582 em 26.07.2011, solicitando a colaboração no projecto supra referenciado e sua execução. A Câmara tomou conhecimento do ofício da Junta de Freguesia de Ulme e prestará apoio técnico e financeiro à acção em condições a acordar.-----

----- **(08) – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DE VALE DE CAVALOS:**-----

-----Presente Fax da JUNTA DE VALE DE CAVALOS, registado no livro respectivo sob o número 9586 em 26.07.2011, solicitando a apoio na construção dos muros para ampliação deste Cemitério. A Câmara tomou conhecimento do ofício da Junta de Freguesia de Vale de Cavalos e prestará apoio técnico e financeiro à acção em condições a acordar.-----

----- **(09) – RECURSOS HUMANOS NOS MUNICIPIOS:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do teor da Circular da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES, registada no livro respectivo

sob o n.º 9675 em 28.07.2011, dando conhecimento dos resultados do inquérito efectuado aos Municípios sobre os trabalhadores ao serviço dos Municípios e as expectativas relativas à sua evolução. A Câmara irá continuar a acompanhar este assunto com atenção.-----

-----**(10) – REPRESENTANTE DA NERSANT NA ASSOCIAÇÃO ECO PARQUE DO RELVÃO:**-----

----- A Câmara tomou conhecimento do teor de ofício da Associação Empresarial - NERSANT, registado no livro respectivo sob o n.º 9701 em 28.07.2011, informando que a partir de 16 de Junho de 2011 o representante da Nersant nesta Associação é o Dr. Fernando Pratas.-----

-----**(11) - GRUPO DESPORTIVO UNIÃO CARREGUEIRENSE – NOVOS CORPOS GERENTES:**-----

-----Presente o ofício do GRUPO DESPORTIVO UNIÃO CARREGUEIRENSE, registado no livro respectivo sob o número 9645 em 27.07.2011, dando conhecimento dos Corpos Sociais até Junho de 2013. A Câmara tomou conhecimento e augurou êxitos aos novos corpos gerentes.-----

-----**(12) – CENTRO DE APOIO A EMPRESAS / PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE EMPRESA:**-----

-----Acompanhado de Carta da Firma JOBALPHARMA, com sede na Urbanização São Bernardo, n.º21, 2125-145 Marinhas, solicitando dois espaços no Edifício Centro de Empresas (1 no Pólo A, 1.º andar destinado a escritório, o outro no Pólo B destinado a armazém), foi presente uma Informação do Sr. Chefe de Gabinete referindo nomeadamente “Tendo os responsáveis da empresa visitado os Pólos do Centro de Apoio a Empresas, veio agora formalizar o pedido de cedência do atelier n.º6 do Pólo A, para instalar a parte administrativa da empresa e pretende também ocupar o

atelier n.º3 no Pólo B onde pretende instalar o seu armazém, para recepção da mercadoria, bem como para a preparação e expedição das encomendas dos seus clientes. Tendo em conta que os espaços se encontram desocupados e tal como é referido pela empresa, para além de pretenderem instalar a sua sede no concelho da Chamusca, prevêm ainda a criação de um posto de trabalho, parece-me adequado aceder à pretensão, disponibilizando para o efeito os espaços pretendidos, que serão facturados de acordo com os preços praticados nos restantes casos.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou acordo à cedência do atelier n.º6 do Pólo A e atelier n.º3 do Pólo B do Edifício Centro de Apoio a Empresas para a Instalação desta Empresa.-----

-----**(13) – ALENT-04-0435-FEDER-000289 - FEDERAÇÕES DOS BOMBEIROS DOS DISTRITOS DE PORTALEGRE, SANTARÉM E ÉVORA – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES” E “O TRAJECTO PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA DE MELHORIA DO SISTEMA OPERACIONAL DOS BOMBEIROS / ACORDO DE PARCERIA**:-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou acordo ao teor do Acordo de Parceria a celebrar com a ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CHAMUSCA, documento que, por muito extenso se dá por inteiramente transcrito nesta Acta para todos os efeitos.----

-----**(14) – QUINTA PEDAGÓGICA E CAMPO DE FÉRIAS – QUINTA DAS FLORES / PINHEIRO GRANDE**:-----

-----A Câmara tomou conhecimento do teor da Declaração emitida ao Sr. Eduardo Nogueira da Silva, promotor do projecto, relativamente ao processo supra referenciado.-----

----- (15) – DOUASU – ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO FAMILIAR E ESTABELECIMENTO COMERCIAL – RUA DA CABEÇA ALTA, N.º 7 / CHAMUSCA:-----

----- A Câmara tomou conhecimento do Deferimento de Processo supra referenciado em que promotor JARDINS DO PRANTO – Lazer e Eventos, Lda.-----

----- (16) – CONTABILIDADE - REALIZAÇÃO DE DESPESAS:-----

----- **A Câmara tomou conhecimento**, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da “Posição dos Compromissos” correspondente ao período de 22 a 28 de Julho do ano corrente, na importância global de 22.600,81€ (vinte e dois mil seiscentos euros e oitenta e um cêntimos).-----

----- (17) - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:-----

----- O Senhor Presidente deu conhecimento dos contactos, reuniões e acções em que participou no período compreendido entre a última e a presente reunião, bem como do agendamento do previsto até à próxima reunião, referindo nomeadamente:-----

----- Dia 26.07: Deslocação a Vale de Cavalos com equipa técnica para acertar levantamento topográfico para ampliação. Visita às instalações da COBIN com a Sr.a Presidente J. F. Chamusca com o objectivo de libertar instalações de diversos depósitos de materiais. Reunião com Centro de Apoio Social da Parreira.-----

----- Dia 27.07: Reuniu com a Direcção e Assembleia-geral da RESITEJO. À tarde reunião com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre o ponto de situação financeira. À noite, reuniu com o Centro de Apoio Social de Ulme.-----

-----Dia 28.07: Reuniu com o Centro de Dia Aconchego, Vale de Cavalos.----

-----Dia 29.07: Reunião informal com os Senhores Vereadores Joaquim Garrido e Dr. Paulo Queimado para análise de ponto de situação de reuniões com IPSS'S. À noite reuniu com o Centro de Dia do Chouto.-----

-----Dia 30.07: Representação da Câmara Municipal na Homenagem aos Avieiros no âmbito da actividade da Companhia de Teatro do Ribatejo / Porto das Mulheres – junto ao Rio Tejo.-----

-----Dia 09.08: 15.º Aniversário da RESITEJO.-----

-----Dia 10.08: Audiência com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa.-----

-----CORTE DE ÁRVORES: Deu conhecimento do corte de algumas árvores que representam perigo.-----

-----**(18) - INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES:**-----

-----**FRANCISCO MANUEL PETISCA MATIAS:**-----

-----OBRAS EM CURSO: Intervenções nos equipamentos desportivos do Concelho.-----

-----Dia 05/08: Visita oficial às instalações do Centro Comunitário Associativo da Carregueira. -----

-----RECURSOS HUMANOS / TRABALHO EXTRAORDINÁRIO: Informou que está a efectuar um estudo relativo a este assunto e que posteriormente será dado conhecimento.-----

-----**JOÃO MANUEL LOURENÇO:**-----

----- Deu conhecimento de algumas acções e reuniões em que participou e que vai participar, referindo, nomeadamente: Dia 28.07: Pelas 15h30, esteve presente na Festa de Encerramento do CAF 2010/2011 que teve lugar no Parque Municipal. Dia 30.07: Pelas 17h, esteve presente na entrega de

prémios do Clube Columbófilo Chamusquense. Esteve ainda presente nas reuniões de trabalho agendadas e decorridas na CM com o Centro de Apoio Social da Parreira, CASULME, Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos e Centro de Apoio Social do Chouto (dias 26 a 29/7/2011)-----

-----FÉRIAS: Informou que vai gozar um período de férias de 03 a 16 Agosto.-----

-----**PAULO JORGE QUEIMADO:**-----

----- Dia 29.07: Esteve presente na reunião informal para análise de ponto de situação de reuniões com IPSS'S.-----

----- Esteve presente na Homenagem aos Avieiros no âmbito da actividade da Companhia de Teatro do Ribatejo / Porto das Mulheres – junto ao Rio Tejo.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----O Sr. EDMUNDO BRANCO DA SILVA, residente na Avenida Gaço Coutinho, freguesia de Chamusca, apresentar problema de abatimento de terras na sua propriedade. O Sr. Presidente deu conhecimento da situação ao Executivo e referiu que iria agendar reunião com o município para tentar solucionar esta situação.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de ser considerada aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim *Cristina Queimado* servindo de Secretário, que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

(R: 01.08.2011)

O Presidente da Câmara
Sérgio Morais da Conceição Carrinho
O Técnico Superior,
Cristina Isabel Pires Queimado